



Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas

Frederico Yuri Hanai¹

Resumo

Reflexões atuais sobre os conceitos e perspectivas do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade e do turismo sustentável são abordadas neste trabalho, buscando apontar algumas visões e considerações das suas diferentes concepções identificadas na literatura científica atual. As diversas compreensões e significações relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade conferem uma série de implicações e princípios éticos, que vêm sendo inseridos e aplicados nos contextos acadêmicos, segmentos sociais e planificação de desenvolvimento local, inclusive do turismo. Os referenciais de pensamento da complexidade, de racionalidade ambiental, de democracia participativa e de visão integrada e interdisciplinar são bastante lúcidos para se produzir estratégias e aplicar as proposições do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável do turismo provoca e incentiva o desafio da sua aplicação numa forma de desenvolvimento mais responsável, direcionando a sua abordagem ao planejamento futuro, com esforços operativos e sistemáticos para consolidação dos princípios e aspirações da sustentabilidade.

Recebimento: 26/1/2011 • Aceite: 21/2/2011

¹ Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. End: Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310
São Carlos - São Paulo – Brasil. E-mail: fredyuri@ufscar.br

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; turismo sustentável; sustentabilidade; sustentabilidade do turismo

Sustainable development and sustainability in tourism: concepts, considerations and prospects

Abstract

Current thinking about concepts and prospects in sustainable development, sustainability and sustainable tourism are dealt with in this study, which aims to hint at interpretations of the different concepts found in the currently available scientific literature in the area. The different meanings and interpretations related to sustainable development and sustainability represent a number of implications and ethical principles that have been introduced and used in the academia, within social organizations and for the planning of local development, including tourism. The references for complex thinking, environmental reasoning, participative democracy, and for holist and interdisciplinary approaches are clear enough to create strategies and implement the propositions of sustainable development. Sustainable development in tourism causes and encourages more responsible actions, which involve forward thinking, and operational and systemic efforts that consolidate the principles of and expectations about sustainability.

Keywords: sustainable development; sustainable tourism; sustainability; tourism sustainability

Introdução

As aspirações de sustentabilidade advêm das reflexões acadêmicas, ideológicas e tecnológicas sobre o processo atual de desenvolvimento social e econômico, conduzindo a novas ideias de pensar, abordar e agir em processos e fenômenos de desenvolvimento.

O reconhecimento e a valorização de temas tais como, os problemas sociais e ambientais, as críticas ao purismo economicista, o intercâmbio entre sociedades e nações, o aprimoramento da consciência ambiental, o respeito ao ambiente natural, o respeito às singularidades culturais, a relação entre os homens e a qualidade de vida, têm levado à discussão e à proposição do denominado “desenvolvimento sustentável”.

A problemática ambiental se generalizou e induziu a uma série de efeitos no avanço e na orientação das disciplinas científicas para tentar solucioná-la, ressaltando a importância e a emergência de análises acerca dos efeitos da questão ambiental sobre a produção de conhecimentos e o processo de inserção do saber dentro de diferentes paradigmas científicos, a fim de elaborar bases conceituais que permitam pensar a articulação de processos sócio-ambientais.

A aplicação prática de princípios e estratégias do desenvolvimento sustentável apresenta-se mais complexa e difícil que a simples incorporação de uma dimensão ambiental dentro dos paradigmas econômicos, dos instrumentos do planejamento e das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva prevalente (LEFF, 2002).

Os referenciais de pensamento da complexidade, de racionalidade ambiental, de democracia participativa e de visão interdisciplinar têm sido bastante lúcidos para se produzir estratégias de sustentabilidade a diversos contextos e aplicar as proposições do desenvolvimento sustentável.

A transposição dos princípios norteadores de sustentabilidade, da teoria à prática, e a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável tem representado um grande desafio para as diversas áreas de conhecimento, no sentido de implementar iniciativas e ações que gerem, simultaneamente, uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade (eficiência) econômica (BUARQUE, 2004; IRVING et al., 2005).

As diversas compreensões e significações relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e as discussões da sustentabilidade se consolidam como temas centrais da atualidade,

conferindo uma série de implicações e princípios éticos, que vêm sendo inseridos e aplicados nos contextos acadêmicos, segmentos sociais, planos e processos de desenvolvimento, inclusive do fenômeno turístico.

As abordagens que resultam do interesse e da preocupação em conceber o turismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável, bem como os seus desdobramentos socioeconômico e ambientais, sob a averiguação da sustentabilidade, vêm proporcionando inúmeras contribuições à reflexão e ao debate a respeito do mérito, bem como os rumos que se apresentam para essa atividade (PIRES, 1998).

Desta forma, o presente trabalho apresenta as reflexões atuais sobre os conceitos e perspectivas do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, buscando apontar algumas visões e perspectivas de alguns estudiosos e discorrer especificamente sobre as abordagens teórico-conceituais aplicadas ao contexto do turismo sustentável, identificadas na literatura científica atual.

Os desafios do desenvolvimento sustentável

Ao longo dos anos, desde sua proposição no documento *Nosso Futuro Comum* da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, produzido pela ONU (Organização das Nações Unidas) e apresentado no Relatório Brundtland em 1987, o termo “desenvolvimento sustentável” vem sendo amplamente utilizado e disseminado, tanto no debate acadêmico, intelectual, como no uso comercial de sua ideia.

Quer seja denominado “ecodesenvolvimento” ou “desenvolvimento sustentável”, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos é adotada desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia) no ano de 1972 e na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92 ou Eco-92) no Brasil (SACHS, 2002).

Apesar do efeito mobilizador exercido pela Rio 92, Leff (2002) cita que as ações que vêm sendo empreendidas em nome do desenvolvimento sustentável têm se mostrado até o momento ambíguas, fragmentadas e pouco capazes de fazer justiça à complexidade dos desafios práticos associados às questões ambientais como: justiça social, redução das desigualdades; crescimento econômico planejado, controlado; redução da degradação e conservação ambiental; usos e manejos conscientes e adequados dos recursos; participação efetiva da sociedade na tomada de decisões; e

internalização de uma relação de simbiose autêntica e duradoura dos seres humanos com a natureza.

Os desafios reais do desenvolvimento sustentável são pelo menos tão heterogêneos e complexos quanto à diversidade de sociedades humanas e de ecossistemas naturais em todo o mundo. Como um conceito, sua maleabilidade permite permanecer uma ideia aberta, dinâmica e envolvente que pode ser adaptada a servir em muitas diferentes situações e contextos no espaço e no tempo. Do mesmo modo, sua abertura de interpretação permite aos participantes (de múltiplos níveis, de local ao global, de diversos setores da atividade em instituições de governo, negócios e da sociedade civil) a redefinir e a reinterpretar seu significado para adequar a sua própria situação (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005).

As derivações conceituais e formais de usos do termo desenvolvimento sustentável têm servido para que outros paradigmas entrem em cena, com modelos teórico-práticos direcionadores de padrões de qualidade de vida (MACHADO, 2002).

O caráter adaptativo, flexível e de ressonância do paradigma da sustentabilidade permite sua adaptação a situações locais diversas, ainda que também possibilita o uso inapropriado, puramente retórico e propagandístico (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005; VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

Desenvolvimento sustentável tornou-se, portanto, o tema de atenção de agências internacionais humanitárias, o jargão de planejadores de desenvolvimento, o principal assunto de conferências, artigos e o *slogan* de movimentos e de ativistas ambientais (LÉLÉ, 1991).

Desenvolvimento sustentável: utopia ou realidade?

Atualmente, algumas tendências que confrontam o processo de desenvolvimento economicista atual consideram o termo “desenvolvimento sustentável” como uma utopia².

Candiotto e Corrêa (2004) relatam que muitos autores fazem sérias críticas ao desenvolvimento sustentável devido ao termo se referir a um modelo de desenvolvimento “desejável” e hipotético, não

² A **utopia** é um “modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à organização social existente, porém inexecutável por não estar vinculado às condições políticas e econômicas da realidade concreta. A utopia é o projeto alternativo de organização social capaz de indicar potencialidades realizáveis e concretas em uma determinada ordem política constituída, contribuindo desta maneira para sua transformação” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p.2817).

apresentando um arcabouço metodológico destinado à operacionalização das ações que poderiam conduzir à sustentabilidade, além do fato de não apresentar uma coesão teórico-conceitual.

O ideário de desenvolvimento sustentável vem sendo amplamente questionado na academia, principalmente em função da pouca operacionalidade de ações sustentáveis, e da manutenção da estrutura de produção e acumulação capitalista (CANDIOTTO e CORRÊA, 2004).

Em alguns momentos, o conceito é popularizado e banalizado, principalmente pelas empresas e o setor empresarial, objetivando o *marketing* sustentável do comprometimento com as questões ambientais e sociais. “O discurso político tende a privilegiar o *sustentável*, da mesma forma em que o pulveriza, em sentidos e significados diversos, transformando-os em utopia contemporânea” (IRVING et al., 2005, p. 7).

Mesmo com inúmeras obras e reflexões sobre a temática do desenvolvimento sustentável, do ponto de vista operacional e de utilização, para Candiotto e Corrêa (2004, p. 279), o termo “não passa de uma utopia vaga, de pouca aplicabilidade dentro da estrutura política e econômica mundial, onde predominam interesses neoliberais e imperialistas”.

Por outro lado, Ranauro (2004) elucida que, se o desenvolvimento sustentável é uma utopia, então como utopia, deve-se encontrar mecanismos para sua implementação. “A lógica da transformação não pode ser baseada na lógica da situação, senão será a sua reprodução” (RANAURO, 2004, p.21).

Um novo ritmo e rumo das relações sociais deve ser estabelecido, em que não se encontra apenas um saber, uma ética e uma lógica, mas várias que coabitam o mesmo meio ambiente e por isso devem participar, com seus saberes, linguagens e entendimento do mundo para que se possa encontrar possibilidade de uma verdadeira sustentabilidade (RANAURO, 2004, p. 21).

Buarque (2004) relata que os antecedentes históricos indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas mais um modismo ou uma ideia brilhante da ONU, proferidas na Eco-92, mas uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios atuais e futuros, e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável não nega o crescimento, mas se refere à necessidade de mudar a qualidade do crescimento. O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação qualitativa que permite destacar o caráter operacional da sustentabilidade ao afastar este conceito de um estado utópico, dificilmente alcançável e argumento frequente para desqualificar as possibilidades reais de aplicação dos princípios de sustentabilidade (IVARS BAIDAL, 2001).

Apesar de esta criativa ambiguidade e abertura para interpretação, o desenvolvimento sustentável tem envolvido um conjunto central de princípios e valores orientadores (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005).

Princípios da sustentabilidade

A sustentabilidade por definição é uma complexa e ambiciosa meta motivadora de definição de políticas, compreendendo critérios ambientais, econômicos e sociais, equitativamente importantes para uma sociedade sustentável (SPANGENBERG e BONNIOT, 1998).

A sustentabilidade, entendida como um conjunto de princípios funcionais dos sistemas, permite definir um estilo de desenvolvimento sustentável como uma opção social que inclui objetivos múltiplos, segundo determinadas escalas de valores e contextos variáveis que vão transformando no tempo e se retroalimentam permanentemente. Estes conceitos, em qualquer caso, estão mais ligados a ideia de mudança do que a noção de estabilidade, comumente associada a sustentar um sistema de forma permanente para manter um determinado estado. A transformação e a adaptação podem considerar-se como propriedades constitutivas da sustentabilidade, já que, no fundo, se trata de manter a capacidade co-evolutiva dos sistemas sociais e naturais para fazer frente às flutuações e adaptar-se às transformações (JIMÉNEZ HERRERO, 2006).

A simples existência da palavra sustentabilidade já permite agregar múltiplos significados, tais como: redistribuição de rendimentos; equidade de produção; manutenção dos ecossistemas; manutenção da resiliência natural e do homem; e redistribuição de poder. Cada um destes significados contém diferentes implicações para as ações necessárias (McCOOL, MOISEY e NICKERSON, 2001).

Sachs (2002, p. 85) recomenda a utilização de oito critérios distintos de sustentabilidade para validação dos objetivos do ecodesenvolvimento ou do desenvolvimento sustentável:

- 1) Sustentabilidade Social

- Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
 - Distribuição justa de renda;
 - Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
 - Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- 2) Sustentabilidade Cultural
- Mudanças no interior da continuidade cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
 - Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
 - Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
- 3) Sustentabilidade Ecológica
- Preservação do potencial da natureza na sua produção de recursos renováveis;
 - Limitação do uso dos recursos não-renováveis.
- 4) Sustentabilidade Ambiental
- Respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- 5) Sustentabilidade Territorial
- Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
 - Melhoria do ambiente urbano;
 - Superação das disparidades inter-regionais;
 - Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguro para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo codesenvolvimento).
- 6) Sustentabilidade Econômica
- Desenvolvimento econômico inter-setorial equilibrado;
 - Segurança alimentar;
 - Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
 - Inserção soberana na economia internacional.
- 7) Sustentabilidade Política (nacional)
- Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;

- Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
 - Um nível razoável de coesão social.
- 8) Sustentabilidade Política (Internacional)
- Eficácia do sistema de prevenção de guerras, na garantia de paz e na promoção da cooperação internacional;
 - Um pacote entre países dos hemisférios Norte e Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);
 - Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;
 - Controle institucional efetivo da aplicação do *princípio da precaução* na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;
 - Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Outros autores expressam a sustentabilidade em diferentes dimensões sistêmicas de integração: ambiental, ecológica, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional, espacial, tecnológica e legal, nos níveis internacional, nacional, regional e da comunidade local (BOSSSEL, 1999; BIDONE e MORALES, 2004; CHOI e SIRAKAYA, 2006).

A abordagem holística, sistêmica e estratégica da sustentabilidade

A questão ambiental induz transformações teóricas para o desenvolvimento do conhecimento em diversas disciplinas científicas, exigindo uma integração de conhecimentos e uma totalização do saber, de forma sistêmica, holística e interdisciplinar (LEFF, 2002).

A ideia de desenvolvimento sustentável como uma visão holística implica em mudanças fundamentais nos níveis de estruturas

social, econômica, política e cultural, que significa reestruturação fundamental da presente sociedade (CUELLO NIETO, 1997).

Desta forma, proponentes e analistas de desenvolvimento sustentável devem compreender as múltiplas dimensões da sustentabilidade e tentar desenvolver medidas, critérios e princípios para elas (LÉLÉ, 1991).

O referencial de análise para o desenvolvimento sustentável deve ser holístico porque requer uma observação do comportamento da totalidade que envolve interações complexas entre os sistemas sociais, econômicos e ambientais (BUARQUE, 2004).

Para Leff (2002), a falta de bases epistemológicas³ sólidas para pensar as condições de articulação das ciências e dos processos transdisciplinares, nos quais se difundem e se (re)trabalham as noções, conceitos e métodos das ciências, gerou uma demanda de unificação terminológica na temática ambiental. Esta exigência manifesta-se como uma necessidade de estabelecer uma “comunicação interdisciplinar” por meio de conceitos unívocos.

As disciplinas científicas, cada vez mais distanciadas da existência concreta, constituíram-se como linguagens herméticas, reservadas aos iniciados, e que parecem absorver-se, ou perder-se, no niilismo⁴ de suas abstrações bem comportadas (GUSDORF, 1975, p.15-16).

Ressalta-se assim, a necessidade de pensar as condições teóricas e estabelecer métodos que orientem as práticas da interdisciplinaridade. A questão ambiental impulsionou a emergência de novos campos do saber onde se articulam certas disciplinas teórico-práticas, bem como a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento (LEFF, 2002).

A problemática ambiental na qual confluem processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade não pode ser compreendida em sua complexidade nem resolvida em eficácia sem o concurso e integração de campos muito diversos do

³ Epistemológica: relativo a epistemologia, à teoria do conhecimento. Reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerente, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 11800).

⁴ Niilismo: redução ao nada; aniquilamento; não-existência (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2018).

saber. [...] A distinção dos níveis e as formas de integração do conhecimento são necessárias para implementar uma estratégia de desenvolvimento com uma concepção integrada dos processos históricos, econômicos, sociais e políticos que geraram a problemática ambiental, bem como dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais que permitiriam um aproveitamento produtivo e sustentável dos recursos (LEFF, 2002, p. 60).

As diferentes percepções da problemática ambiental geram demandas diferenciadas de conhecimentos teóricos e práticos. É preciso estudar os efeitos da problemática ambiental sobre as transformações metodológicas, as transferências conceituais e a circulação terminológica entre as diferentes disciplinas que participam na explicação e diagnóstico das transformações sócio-ambientais (LEFF, 2002).

Como um processo holístico, o desenvolvimento sustentável requer uma união dialética indissociável entre teoria e prática (CUELLO NIETO, 1997). A aplicação prática de princípios e estratégias do desenvolvimento sustentável apresenta-se mais complexa e difícil que a simples incorporação de uma dimensão ambiental dentro dos paradigmas econômicos, dos instrumentos do planejamento e das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva prevalecente. Estas considerações mostram a necessidade de novas práticas de uso integrado dos recursos, gerando uma reflexão sobre as bases epistemológicas para pensar a articulação das ciências e a produção de conhecimentos requerida pela teoria das relações sociedade-natureza. O alcance dos propósitos do desenvolvimento sustentável e igualitário exige então um trabalho teórico e a elaboração de estratégias conceituais para a construção de uma racionalidade ambiental⁵ (LEFF, 2002).

⁵ A **racionalidade ambiental** é entendida como o ordenamento de um conjunto de objetivos, explícitos e implícitos; de meios e instrumentos; de regras sociais, normas jurídicas e valores culturais; de sistemas de significação e de conhecimento; de teorias e conceitos; de métodos e técnicas de produção. Esta racionalidade funciona legitimando ações e estabelecendo critérios para a tomada de decisão dos agentes sociais; orienta as políticas dos governos, normatiza os processos de produção e consumo e conduz as ações e comportamentos de diferentes autores e grupos sociais para os fins de desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro (LEFF, 2002, p.127).

A transposição dos princípios norteadores de sustentabilidade, da teoria à prática, e a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável tem representado um grande desafio para as diversas áreas de conhecimento, no sentido de implementar iniciativas e ações que gerem, simultaneamente, uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade (eficiência) econômica (BUARQUE, 2004; IRVING et al., 2005).

O desenvolvimento sustentável busca responder a cinco amplas exigências (LÉLÉ, 1991): (1) integração da conservação e do desenvolvimento; (2) satisfação das necessidades básicas humanas; (3) alcance da equidade e social justiça; (4) provisão da autonomia social e da diversidade cultural; e (5) manutenção da integridade ecológica.

As estratégias conceituais para gerar os instrumentos teóricos e práticos na gestão ambiental do desenvolvimento sob condições de sustentabilidade e equidade não podem surgir dos paradigmas econômicos dominantes e das práticas tradicionais do planejamento (LEFF, 2002).

Nas últimas décadas, têm se produzido mudanças na contextualização do desenvolvimento econômico, reconhecendo-se a importância dos sistemas produtivos locais nos processos de mudança e crescimento e se estabelece a importância do território como um papel ativo. Esta mudança nas teorias de desenvolvimento econômico tem dado lugar à formação de um novo paradigma conhecida como desenvolvimento endógeno (PADÍN FABEIRO, 2004).

Desenvolvimento local sustentável e desenvolvimento endógeno

O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 2004).

Cuello Nieto (1997) argumenta que o desenvolvimento sustentável deveria ser tratado diferentemente das abordagens tradicionais de desenvolvimento, pois estas abordagens tradicionais enfatizam o crescimento e não o progresso. Ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a

crescimento material, quantitativo da economia (BINSWANGER, 1999).

Deve-se ter em mente que crescimento é uma medida quantitativa do desenvolvimento humano e uma fonte de muitos problemas socioeconômicos e ambientais (intencionais ou não), enquanto que progresso é um conceito qualitativo indicando um melhor estado de existência (LÉLÉ, 1991; CUELLO NIETO, 1997).

Pearce, Barbier e Markandya (1994) assumem que o desenvolvimento é um vetor de objetivos sociais desejáveis (tais como: aumento real na renda *per capita*; melhoria na saúde e padrão nutricional; alcance educacional; acesso a recursos; e distribuição justa de benefícios), que são atributos dos quais a sociedade busca alcançar e maximizar.

Mas para que o desenvolvimento exista, são necessárias mais do que a simples acumulação de bens e serviços. Mudanças qualitativas de vida e na felicidade das pessoas são necessárias, incluindo dimensões sociais, culturais, estéticas e de satisfação de necessidades materiais e espirituais (GUIMARÃES, 2001).

Desta forma, o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades.

O desenvolvimento endógeno se caracteriza como uma forma específica de organização da produção, da integração da sociedade e das instituições nos processos produtivos e na capacidade de resposta do território e dos atores econômicos a um novo cenário econômico, político e institucional. O desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local, que busca satisfazer as suas necessidades e demandas por meio de sua participação ativa nos processos de desenvolvimento (PADÍN FABEIRO, 2004).

A perspectiva do desenvolvimento local acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. O turismo se vincula a esta perspectiva, no intuito de propiciar melhorias nos espaços onde as atividades turísticas são desenvolvidas sustentavelmente.

Sendo assim, a distribuição dos benefícios representa uma questão central na ética da sustentabilidade do turismo. Nesse sentido,

como o turismo pode representar a base de economias locais, pode oferecer também condições para novas perspectivas de desenvolvimento, beneficiando a população autóctone. Dessa maneira, é possível socializar as oportunidades (CORIOLANO, 1998), estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local.

Os esforços recentes de desenvolvimento, inclusive do turismo, vem reconhecendo os desafios atuais relacionados às questões ambientais, sociais, econômicas e ecológicas, almejando também ações responsáveis de desenvolvimento na busca da sustentabilidade local.

O conceito de turismo sustentável

O turismo sustentável foi definido pela OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24) como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. Assim, busca atender às atuais necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, enquanto conserva os recursos naturais e mantém a integridade cultural da população local, promovendo a responsabilidade coletiva e a satisfação das expectativas dos turistas de maneira que a atividade possa continuar indefinidamente proporcionando os benefícios propostos (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME, 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005).

É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

Nesta declaração, a OMT amplia os princípios do desenvolvimento turístico sustentável à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo por toda a sociedade.

O desenvolvimento turístico sustentável é um processo de mudança qualitativa, produto da vontade política que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento turístico baseado em um equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a, p.108).

Pelo exposto, os princípios da sustentabilidade devem constituir o objetivo primordial de qualquer espaço ou produto turístico, em qualquer de seus estados evolutivos, e não circunscrever-se exclusivamente às manifestações supostamente alternativas como o ecoturismo e o turismo rural (IVARS BAIDAL, 2001).

A Organização Mundial de Turismo (2003) reconhece que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos, incluídos o turismo de massas e os diversos segmentos turísticos.

Segundo a UNEP e WTO (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005), o turismo sustentável não representa uma forma especial de turismo. Em realidade, todas as formas de turismo deveriam ser sustentáveis e esse deveria, em tese, ser o compromisso central em planejamento. A sustentabilidade do turismo é consequência, portanto, da responsabilidade de todos os segmentos nele envolvidos.

Princípios e dimensões do turismo sustentável

Os princípios de sustentabilidade se referem aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento turístico, tendo que estabelecer um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. A UNEP e WTO (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD

TOURISM ORGANIZATION, 2005) recomendam os seguintes princípios norteadores para o planejamento em turismo sustentável:

- a conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos ambientais, que se constituem em elementos fundamentais do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica contínuas no tempo e no espaço;
- O respeito à autenticidade sócio-cultural das comunidades anfitriãs, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância;
- A garantia de operações econômicas viáveis (eficiência e crescimento de longo prazo), com a geração de benefícios socioeconômicos distribuídos para todos os atores envolvidos (elevação da qualidade de vida e equidade social), incluindo oportunidades de emprego estável e obtenção de investimentos e serviços sociais, de maneira que contribuam à redução da pobreza.

A temática do turismo, de certo modo, vem sendo discutida ora como uma atividade tipicamente econômica (muitas vezes confundida com o termo indústria do turismo) ora como uma atividade sócio-ambiental (turismo sustentável) (SAMPAIO, 2001).

No entanto, a abordagem do desenvolvimento turístico deve se libertar das análises estritamente econômicas e privilegiar as abordagens que apontam para o controle democrático-participativo dos riscos sócio-ambientais gerados pela evolução e pelo processo de acumulação, reprodução e expansão do capital (LUCHIARI, 2002).

Na preocupação com a sustentabilidade, pode-se reconhecer um avanço, senão prático ao menos discursivo, em relação às abordagens econômicas mais restritas do fenômeno turístico. Num primeiro momento, o enfoque mais conservador restringia a abordagem da sustentabilidade a uma visão econômica. No período seguinte, preocupou-se com a sustentabilidade ambiental, centrada nos recursos naturais. Recentemente, incorporou-se às práticas e aos discursos da sustentabilidade, os atributos de democracia, participação, descentralização, eficiência, equidade, cidadania, autonomia e pertencimento, passando a apontar a esfera local para a sua realização (LUCHIARI, 2002).

Diversidade, ambiguidade e evolução do conceito de turismo sustentável

Apesar da aparente unanimidade sobre a importância da sustentabilidade e de sua profusa utilização, ainda há muita ambiguidade manifestada pelo próprio conceito de desenvolvimento sustentável. O mesmo acontece com o turismo sustentável, em que o excesso de argumentos sobre a sua conceituação pode ser explicado pela inexistência de uma explícita e universalmente aceita teoria relacionada ao turismo sustentável (HARDY, BEETON e PEARSON, 2002).

A adoção do conceito de turismo sustentável, baseado na interpretação restrita do vocábulo sustentável (passível de sustentação, segundo Houaiss e Villar, 2001), consiste-se num grande equívoco por considerar a viabilidade de manter a atividade turística numa área por período de tempo indefinido e sem desaparecer; fato observado em algumas interpretações adotadas. Esta abordagem não é o que geralmente implica o termo turismo sustentável.

Segundo Butler (1999), desde o surgimento do conceito de turismo sustentável, o termo tem sido utilizado e reconhecido em todo o mundo e aceito, mesmo que superficialmente, de forma muito difusa. Para o autor, existe o problema atual da incapacidade de se definir para a satisfação da maioria dos atores locais envolvidos com o turismo, o significado exato do turismo sustentável. Devido a existência desta ambiguidade, quase qualquer forma de turismo pode ser sustentável.

A aplicação dos princípios da sustentabilidade no turismo participa da dicotomia existente entre sua ampla difusão e das limitações dos progressos alcançados (IVARS BAIDAL, 2001). Dada a imprecisão do conceito, utilizado para descrever uma filosofia, um processo, um produto ou um plano, não é de se surpreender que se encontrem dificuldades para identificar modos de implementação ou para avaliar a sustentabilidade de iniciativas turísticas particulares (SANCHO PÉREZ et al., 2001).

Mesmo com a ambiguidade do conceito, poucos são os trabalhos que definem e expõem sua compreensão em relação à noção de sustentabilidade. Muitos provavelmente tomam a ideia-conceito por subentendida, talvez por já o terem internalizado de tal forma que não o mencionam. Outros tentam apenas adjetivar seu trabalho, desconhecendo a complexidade do conceito (MARZALL e ALMEIDA, 1999).

Ainda é frequente a manipulação do termo turismo sustentável a partir dos distintos interesses dos envolvidos, dependendo do contexto em que se utiliza, adquirindo características diferentes para a população local, para a administração, para os investidores e empresários, e para os próprios turistas (BUTLER, 1999; ÁVILA BERCIAL, 2002).

Nesta concepção, a sustentabilidade possui significados diferentes em circunstâncias sociais e ambientais distintas. As diferentes interpretações possíveis do conceito de sustentabilidade, muitas vezes impróprias, por serem imprecisas e interessadas, constituem um fator-chave para explicar a enorme difusão social da sustentabilidade, mas também são obstáculos para progredir em direção aos autênticos valores do desenvolvimento sustentável (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

No entanto, é improvável que haverá uma aceitação total do conceito de turismo sustentável e sua aplicação universal, devido ao grande êxito da aplicação do termo em diversos contextos, e pelo fato de ter se tornado significado para muitas aplicações e interesses (BUTLER, 1999). Na comunidade científica, apesar de haver controvérsias para sua legitimidade, está claro que o turismo sustentável tem trazido mudança substancial no processo convencional de pensamento sobre o desenvolvimento da atividade turística (CHOI e SIRAKAYA, 2005).

A evolução das relações entre turismo e desenvolvimento tem refletido nas diversas declarações e documentos oficiais lançados pelas organizações e instituições do setor turístico, tais como:

- a Carta do Turismo Sustentável de Lanzarote, que engloba intenções e princípios fundamentais convencionados ao conceito de turismo sustentável (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1995);
- a Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo, em que se estabelecem uma série de princípios, de acordo com o código de comportamento tanto da oferta como da demanda turística (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1997; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2003);
- os guias e manuais publicados pela OMT e UNEP, em que se estabelecem as diretrizes gerais para a consecução e desenvolvimento do turismo sustentável, assim como os principais indicadores para a gestão dos destinos turísticos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 1999, 2003; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005; UNITED

NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005).

Nestes documentos observa-se a paulatina transição do predomínio preliminar dos aspectos socioculturais e econômicos do turismo ao paradigma onipresente da sustentabilidade (IVARS BAIDAL, 2001).

Turismo sustentável ou desenvolvimento sustentável do turismo

Butler (1999) afirma que muitas confusões do conceito de turismo sustentável advêm das definições imprecisas e conflitantes do conceito, e particularmente da necessidade de se distinguir entre o turismo sustentável e o desenvolvimento sustentável do turismo. Para o autor, o turismo sustentável não é automaticamente o mesmo que o turismo desenvolvido seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável.

As considerações de turismo sustentável tem se tornado muito distantes e removidas do seu conceito materno, resultando em uma lacuna tal que os princípios e políticas do turismo “sustentável” não necessariamente contribuem para o desenvolvimento sustentável (HUNTER, 1997).

Butler (1999) contesta o uso do termo “turismo sustentável”, apesar de seu uso corrente, argumentando que este termo implica na manutenção do turismo por si mesmo, quaisquer que sejam seus impactos associados, em vez de se preocupar com a manutenção do contexto humano e físico em que o turismo ocorre.

Apesar de possuir sua origem no conceito geral de desenvolvimento sustentável, o tema turismo sustentável parece ter evoluído de forma muito isolada do contínuo debate sobre o significado de sua formação. Tal isolamento tem resultado no surgimento de um modelo excessivamente simplista e inflexível do turismo sustentável, que falha na aplicação em circunstâncias específicas (HUNTER, 1997).

Desta forma, Butler (1999) sugeriu a expressão “desenvolvimento sustentável do turismo”, que é o turismo desenvolvido e mantido em uma área (comunidade e ambiente) de uma forma e numa escala que permanece viável ao longo de um infinito período e não degrada ou altera o ambiente (físico e humano) em que existe para um grau que proíbe o desenvolvimento com êxito e o bem estar com outras atividades e processos.

Portanto, o desenvolvimento sustentável do turismo é o desenvolvimento que permite manter o estado saudável necessário para a sobrevivência do sistema em condição desejável e com padrão aceitável em alto grau de qualidade (KO, 2005).

É importante fazer a distinção entre turismo sustentável (o objetivo a ser alcançado) e o desenvolvimento sustentável do turismo (o processo). Para alcançar o objetivo, o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser operacionalizado antes que qualquer progresso tangível possa ser feito (DYMOND, 1997).

A diferença entre as definições não são meramente uma questão de semântica. A definição de turismo sustentável diz pouco sobre o futuro do turismo. Turismo sustentável não é o mesmo que o desenvolvimento turístico com os princípios do desenvolvimento sustentável. Assim, a necessidade de se definir o tipo de turismo a ser estudado ou desenvolvido sob a condição sustentável é portanto crucial, se o conhecimento sobre a sustentabilidade do turismo for expandido (BUTLER, 1999).

Segundo Hardy, Beeton e Pearson (2002), as diferenças de atitudes direcionadas ao turismo sustentável são evidentes na forma em que é definido. Alguns defendem o turismo sustentável levando a defini-lo como um termo restrito setorial, enfatizando o crescimento no sentido da viabilidade de ser mantido. Outros preferem usar o termo desenvolvimento sustentável no contexto do turismo, ao invés de turismo sustentável, no sentido de prevenir a suposição restrita implicada no termo turismo sustentável.

O viés do desenvolvimento sustentável do turismo

O conceito de turismo sustentável se consolidou na última década como peça básica no debate sobre a gestão dos recursos turísticos. Entretanto, o pretendido desenvolvimento sustentável da atividade turística, que tem sido objeto de inúmeras propostas dialéticas, em boa parte dos casos não tem chegado a concretizar-se em um inventário de políticas eficazes e com um modelo de gestão aberto e participativo (SÁNCHEZ RIVERO e PULIDO FERNÁNDEZ, 2008).

Segundo Hunter (1997), quatro possíveis abordagens do turismo sustentável podem ser resumidas e ilustradas num sentido abstrato, baseadas em interpretações vagas do desenvolvimento sustentável:

- Desenvolvimento sustentável por um “turismo imperativo”: esta abordagem é fortemente enviesada em direção à promoção e ao desenvolvimento do turismo e pode ser

- essencialmente considerada para satisfazer as necessidades e desejos de turistas e de operadoras de turismo;
- Desenvolvimento sustentável por meio de “produtos turísticos”: nesta abordagem, a vertente ambiental do sistema turístico nos destinos pode até receber consideração, mas é secundária em relação às necessidades principais de desenvolver novos (e manter os existentes) produtos turísticos, com todos os seus vínculos em termos de negócios e possibilidades das operadoras de turismo, de modo que o crescimento do setor turístico possa ser praticado até onde seja possível;
 - Desenvolvimento sustentável por meio do “turismo conduzido ambientalmente”: nesta abordagem, as decisões são tomadas com o viés do sistema turístico em direção a uma consideração primordial no estado do ambiente. Talvez seja aplicável em áreas onde o turismo ainda não existe ou é uma atividade relativamente nova. A finalidade seria promover tipos de turismo (por exemplo ecoturismo) que especificamente e evidentemente contam com a manutenção de uma alta qualidade do ambiental natural e/ou de experiências culturais. Nesta abordagem, ainda há um foco muito forte no produto turístico, mas difere da abordagem anterior por priorizar considerações ambientais sobre as oportunidades mercadológicas.
 - Desenvolvimento sustentável por meio do “turismo *neotenus*”: esta abordagem muito forte da sustentabilidade é praticada sob a crença de que existem circunstâncias em que o turismo deveria ser ativamente e continuamente desencorajado em espaços ecológicos. Em alguns locais, como reservas naturais de importância nacional ou internacional, o crescimento do turismo deveria ser sacrificado para benefícios e utilidades maiores.

Segundo Rodrigues, Arlete (2002, p.44), “considerar a atividade turística sustentável ou integrante da possibilidade do desenvolvimento sustentável é apenas desviar os termos da questão sem analisar a complexidade de uma atividade econômica que tem por base o consumo de paisagens naturais exóticas ou a histórica passada”. Segundo a autora, não se pode deslocar a ideia da atividade turística atribuindo-lhe potencial de sustentabilidade sem levar em conta que é uma atividade econômica que produz (e consome) mesmo tendo como

pressuposto “consumir” paisagens, territórios, em ambientes considerados restauradores ou de descanso para os indivíduos ou mesmo pequenos grupos. É preciso considerá-la articulada com os elementos gerais da produção e do consumo.

Rodrigues, Arlete (2002) apresenta uma visão da atividade turística como consumista dos espaços naturais e considera que é, na própria essência, incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável.

O turismo é uma atividade complexa que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção do espaço) como terciárias (serviços) que agem articuladamente apropriando-se de lugares “exóticos”, de “paisagens naturais”, de “paisagens históricas”, transformando-os em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais, históricos, possibilitar o descanso, e vários outros motivos simbólicos ou reais (RODRIGUES, ARLETE, 2002, p. 48).

Como atividade econômica, a sustentação do turismo está pautada na contínua descoberta de paisagens naturais e históricas de novos lugares exóticos que são rapidamente transformados para serem consumíveis. A atividade turística “dirige o consumo aos lugares exóticos, transformando-os para serem comercializáveis, nos padrões de conforto e qualidade de vida do mundo moderno” (RODRIGUES, ARLETE, 2002, p.49).

Também para Machado (2002), o ecodesenvolvimento, travestido de turismo sustentável, como viés do desenvolvimento sustentável, é rica estratégia de *marketing* não somente nas intenções politicamente planejadas de empreendimentos estatais, mas, sobretudo, nas intenções de práticas de especulação comercial.

Para Rodrigues, Arlete (2002, p. 53), “o desenvolvimento da atividade turística é insustentável”, e assim, compreender o turismo pelo viés do desenvolvimento sustentável é dar-lhe uma dimensão de análise. Viés significa, não o sentido principal, mas o sentido diagonal, um desvio, e só diagonalmente é que se pode argumentar que esta atividade econômica seja sustentável em relação ao ambiente.

De forma geral, pode-se dizer que existem duas visões bem distintas sobre a aplicação prática do conceito de turismo sustentável. Por uma parte, a visão daqueles que rejeitam plenamente o turismo

convencional (denominando-o automaticamente de insustentável) e assim, buscam evitar sua aparição em novos locais. Por outra parte, a visão das instituições internacionais (por exemplo OMT) e os governos de países turísticos desenvolvidos para quem a introdução e aplicação do conceito de turismo sustentável não somente é possível, mas também sobretudo necessária nos destinos turísticos convencionais (ALONSO-SAÑUDO, 2002).

Verifica-se, portanto que a concepção do desenvolvimento sustentável como um objetivo alcançável e prático para o turismo ainda não alcançou a maturidade (KO, 2005). Assim, longe de identificar-se como um estado ideal, utópico, geralmente associado a turismos denominados alternativos, o desenvolvimento turístico sustentável deve traduzir-se em objetivos alcançáveis e transferir-se aos diferentes tipos de implantação turística, incluídos os destinos de demanda massiva, seguramente os mais necessitados de novos enfoques de planejamento e gestão turística (IVARS BAIDAL, 2001).

Perspectivas e projeções do turismo sustentável

A sustentabilidade não pode identificar-se como um estado ideal, praticamente utópico. Deve conceber-se como um processo de mudanças qualitativas que oriente o desenvolvimento turístico a objetivos alcançáveis (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a; 2003b). Assim, a sustentabilidade no turismo depende de uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional (IRVING et al., 2005).

É necessária, ainda, uma visão integradora, aberta e congruente com o progresso do conhecimento, permitindo expor novamente a missão do turismo nas sociedades contemporâneas, de modo que possa surgir uma nova concepção de turismo sumariamente diferente (NICOLAS, 2003).

O caminho da sustentabilidade em planejamento turístico não representa um “produto acabado” ou um “ideal pré-fabricado”, mas um processo contínuo de construção, que requer avaliação permanente e flexibilidade para mudanças, uma direção possível (IRVING et al., 2005, p. 6-7).

As abordagens sobre a importância da atividade turística já deixaram para trás a marginalidade acadêmica, abrindo uma nova

possibilidade para se compreender o lugar no mundo contemporâneo (LUCHIARI, 2002). Portanto, pensar em sustentabilidade no turismo implica em idealismo e visão estratégica de longo prazo, mas também pragmatismo, a partir de experiências capazes de transformar utopia em possibilidade e discurso em prática cotidiana (IRVING et al., 2005).

A sustentabilidade é um conceito que precisa transitar, o quanto antes, da teoria a prática. E em turismo necessariamente deve ultrapassar as concepções que a coloca em âmbito puramente ambiental, para situá-la em âmbito dos problemas das populações locais, que são as que devem se posicionar aos excessivos dilemas atuais (JIMÉNEZ MARTÍNEZ e HIRABAYASHI, 2003).

Consideráveis recursos humanos e financeiros estão sendo investidos para desenvolver políticas práticas e modelos de avaliação para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, no caso do desenvolvimento do turismo, pouca prática metodológica tem sido desenvolvida, apesar de muitos pesquisadores argumentarem que o turismo deve contribuir ao desenvolvimento sustentável de uma localidade. Porém, apesar de um número grande de argumentos e debates a respeito do turismo sustentável, que vem sendo apresentados desde o início dos anos noventa, a maioria aborda num nível mais teórico do que prático (KO, 2005).

Na área de avaliação da sustentabilidade, a implementação de metodologias práticas são necessárias, ao invés de abordagens superficiais, pois sem uma abordagem prática, o termo desenvolvimento sustentável do turismo se torna provavelmente uma propaganda ou um *slogan*, que é a origem de interesse de muitas pessoas (KO, 2005).

Considerando a complexidade do conceito de turismo sustentável e a dificuldade de fazê-lo operacional, identifica-se um conjunto de princípios que devem guiar os esforços orientados à sustentabilidade (MEDINA MUÑOZ e MEDINA MUÑOZ, 2003):

- O turismo sustentável deve entender-se como uma forma de turismo que é capaz de manter sua viabilidade em um local durante um tempo indefinido;
- Um local ou território unicamente pode conseguir um turismo sustentável quando todos os agentes (organismos públicos, empresas e residentes) têm um comportamento sustentável;
- A magnitude e o tipo de desenvolvimento turístico deveria variar em cada local ou território de acordo com suas próprias características ambientais e socioculturais, e o próprio papel

que o setor turístico e outros setores econômicos podem exercer;

- O desenvolvimento turístico deve ser planejado e gerido de forma que não provoque sérios problemas ambientais e socioculturais na localidade turística;
- A qualidade ambiental global da região turística deve ser mantida e melhorada onde seja necessário;
- Os recursos naturais, históricos, culturais e de outro tipo que possam formar parte da oferta turística de um destino devem ser conservados para seu uso contínuo no futuro, além de trazer benefícios para a sociedade atual. Neste sentido, a proteção de patrimônio, tanto cultural como natural e o histórico-artístico, deve guardar um equilíbrio entre rentabilizar seu aproveitamento e a manutenção que requer grande parte deste patrimônio;
- A adequada ordenação dos recursos territoriais, planejando o espaço e considerando a compatibilidade dos usos e aproveitamento racional dos recursos;
- Deve manter-se um alto nível de satisfação do turista, de forma que os destinos turísticos retenham sua possibilidade de ser comercializados e sua popularidade;
- As novas expectativas e exigências dos turistas requerem uma renovação constante da oferta. Além disso, é necessário adaptar-se à tendência dos destinos turísticos ecológicos e buscar a qualidade ambiental;
- Com relação a promoção e comercialização, a maior sensibilidade ecológica dos turistas exige uma adaptação na promoção que se emprega a região turística; e
- Os benefícios do turismo devem ser amplamente estendidos na sociedade e os distintos agentes que a integram.

O desenvolvimento sustentável do turismo tem sido dificultado pelo fato de não haver ainda consenso nos objetivos, na aplicabilidade e na exequibilidade do seu conceito. Como resultado, o desenvolvimento sustentável do turismo tem sido criticado e frequentemente mal concebido como um tipo de turismo de baixo impacto (TWINING-WARD e BUTLER, 2002).

Irving et al. (2005) atentam que promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos advindos das atividades turísticas. Mais do que isso, o turismo na contemporaneidade ocupa uma posição privilegiada da economia

globalizada para gerar o desenvolvimento local com a conservação dos recursos ambientais, e promover a responsabilidade social e cultural, que devem ser interpretados como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. “Políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas de maneira a otimizarem e promoverem os benefícios em sentido amplo e interdisciplinar” (IRVING et al., 2005, p. 3).

O turismo sustentável não deve ser considerado, portanto, como uma estrutura rígida, mas preferivelmente como um modelo adaptável que reconhece uma variedade de abordagens de acordo com circunstâncias específicas (HUNTER, 1997).

Apesar de o debate sobre turismo sustentável ainda continuar entre acadêmicos e dentro do setor turístico, a prática do turismo sustentável tem sido adotada mundialmente. Alguns estudiosos criticam o turismo sustentável, porém não puderam ainda fornecer recomendações alternativas para o desenvolvimento do setor turístico de uma outra forma responsável (CHOI e SIRAKAYA, 2006).

Argumenta-se que o contexto de desenvolvimento do turismo sustentável é real, e a probabilidade de ser alcançado é quando se baseia na população local. Assim, propõe-se que as futuras contextualizações do turismo sustentável se direcionem a comunidade local, na mesma proporção que as aspirações econômicas e ambientais (HARDY, BEETON e PEARSON, 2002).

O objetivo do turismo sustentável fundamenta-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, deve buscar o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e culturais existentes, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social numa perspectiva ética e direcionada para as comunidades locais. É um processo de mudança qualitativa das iniciativas políticas que incluem a participação indispensável da população local e adaptam as estruturas legais e institucionais no sentido de realizar o desenvolvimento sustentável (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003b).

Considerações finais

O desenvolvimento sustentável se semeia como uma proposta diferenciada de desenvolvimento, de visão racional e ampliada, e vem se constituindo numa alternativa viável e não apenas como uma utopia devaneia e inatingível, apresentando-se essencialmente pelas

condições atuais da sociedade carente de novo paradigma emergente de desenvolvimento.

Os diversos fatores e critérios relacionados ao conceito de sustentabilidade conferem uma série de implicações e princípios éticos, que devem estar inseridos nos contextos e planos de desenvolvimento, inclusive do turismo. As aspirações de sustentabilidade na atividade turística conduzem a uma nova forma de pensar a abordagem do fenômeno complexo do turismo, inserindo e incorporando os princípios éticos e propósitos do desenvolvimento sustentável em sua *performance*.

Os referenciais de pensamento da complexidade, de racionalidade ambiental, de democracia participativa e de visão interdisciplinar são bastante lúcidos para se produzir estratégias e aplicar as proposições do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável do turismo, apesar de ser considerado por alguns autores como utópico, provoca o desafio da sua aplicação e operacionalização numa forma de desenvolvimento mais responsável, consonante com o almejo das aspirações dos princípios da sustentabilidade.

A abordagem que deve ser dada ao turismo sustentável é a de direcioná-lo operacionalmente ao planejamento futuro, com esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida de comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário o planejamento turístico integrado ao desenvolvimento regional, envolvendo a participação ativa da população local, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local do turismo sustentável.

Referências

ALONSO-SAÑUDO, A.I. La aplicación del concepto de turismo sostenible en los países desarrollados. In: ÁVILA BERCIAL, R. **Turismo sostenible**. Madrid (España): IEPALA, 2002. p.25-36.

AUGUSTYN, J. National strategies for rural tourism development and sustainability: the Polish experience. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.6, n.3, p.191-209, 1998.

ÁVILA BERCIAL, R.. Introducción al concepto de desarrollo turístico sostenible. In: _____. **Turismo sostenible**. Madrid (España): IEPALA, 2002. p.17-24.

BIDONE, E.D.; MORALES, P.R.D. **Desenvolvimento sustentável e engenharia**. Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2004. 260p.

BINSWANGER, H.C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. 436p.

BOSSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group**. International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999. 124p.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2008, ano 145, nº181. Seção 1, p.168 (1-5).

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

BUTLER, R.W. Sustainable tourism – a state of art review. **Tourism Geographies: an international journal of tourism space, place and environment**, Florence, n.1, v.1, p.7-25, feb. 1999.

CANDIOTTO, L.Z.P.; CORRÊA, W.K. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal. **Geografia**, Associação de Geografia Teórica (AGETEO), Rio Claro, v.29, n.2, p.265-280, mai/ago. 2004.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Measuring residents' attitude toward Sustainable Tourism: development of sustainable tourism attitude scale. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v.43, p.380-394, may 2005.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, Elsevier, London, v.27, p.1274-1289, dec. 2006.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1., 1995, Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha. **Carta del Turismo Sostenible...** Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha: [s.n.], 1995. p.1-5.

CORIOLOANO, L.N.M.T. Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. In: _____. (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE – Universidade Estadual do Ceará, 1998. p 110-121.

CUELLO NIETO, C. Toward a holistic approach to the ideal of sustainability. **Techné: Journal of the Society for Philosophy and Technology**, Blacksburg, v.2, n.2, 1997, p.41-48.

DYMOND, S.J. Indicators of sustainable tourism in New Zealand: a local government perspective. **Journal of sustainable tourism**, Clevedon, v.5, n.4, p.279-293, 1997.

FRAUSTO MARTÍNEZ, O.; CHALÉ CAAMAL, G.G.; ROJAS LÓPEZ, J. Herramientas y técnicas para la aplicación y evaluación de indicadores de desarrollo sustentable para localidades o municipios. In: PALAFOZ MUÑOZ, A. **Turismo: teoría y praxis**. Quintana: Universidad de Quintana Roo; Cuerpo Académico de Turismo; Plaza y Valdés, 2005. p.85-91.

GUIMARÃES, R.P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.) **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 364p.

GUSDORF, G. Prefácio. (Strausbourg, 3 dez. 1975). In: JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.7-27.

HARDY, A.; BEETON, R.J.S.; PEARSON, L. Sustainable tourism: an overview of the concept and its position in relation to conceptualizations of tourism. **Journal of sustainable tourism**, Clevedon, v.10, n.6, p.475-496, 2002.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p.

HUNTER, C. Sustainable tourism as a adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Science, New York, v.24, n.4, p.850-867, 1997.

IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.P.; MELO, G.M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento

turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.18, dez. 2005. p.1-7.

IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible**: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG). Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible**: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG). Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

JIMÉNEZ HERRERO, L.M. Los procesos de sostenibilidad en España. **Ambienta**, Madrid, p.8-19, nov.2006.

JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A.J.; HIRABAYASHI, Y. De la teoría a la práctica em la sustentabilidad y la participación comunitaria: na proposta metodológica. In: GÓMEZ NIEVES, S. **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p.37-56.

KATES, R.W.; PARRIS, T.H.; LEISEROWITZ, A.A. What is sustainable development? Goals, indicators, values and practice. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, St.Louis, v.47, n.3, p.8-21, apr. 2005.

KO, T.G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, Elsevier, London, n.26, p.431-445, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240p.

LÉLÉ, S.M. Sustainable Development: a critical review. **World Development**, Pergamon Press, Oxford, Great Britain, v.19, n.6, p.607-621, jun. 1991.

LUCHIARI, M.T.D.P. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p.111-125.

MACHADO, E.V. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e Ambiente**: reflexões e propostas. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.68-75.

MARZALL; K.; ALMEIDA, J. O estado da arte sobre indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POTENCIALIDADES E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1999, Santa Maria-RS. **Atas...** Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, 1999, p.1-10.

McCOOL, S.F.; MOISEY, R.N.; NICKERSON, N.P. What should tourism sustain? The disconnect with industry perceptions of useful indicators. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v.40, n.2, p.124-131, nov.2001.

MEDINA NUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico. In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. **La calidad integral del turismo**. Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

MILLER, G. The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers. **Tourism Management**, Elsevier Science, London, v.22, p.351-362, 2001.

NICOLAS, D.H. Turismo y sustentabilidad: crisis de paradigmas y nuevas orientaciones. In: NIEVES, S.G. **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p.57-69.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestión municipal**. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica**. Madrid: OMT, 2005. 545p.

PADÍN FABEIRO, C. **El desarrollo endógeno local, estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos: aplicación al caso del Baixo Miño**. 2004. 373f. Tesis (Doctorado en Ciencias Economicas) – Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Vigo, 2004.

PEARCE, D.; BARBIER, E.; MARKANDYA, A. **Sustainable development: economics, and environment in the third world**. London: Earthscan publications, 1994. 217p.

PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999. 144p.

PIRES, P.S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista**. 1998. 218 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 1998.

RANAURO, M.L. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n.14, p.21-28, dez. 2004.

RODRIGUES, ARLETE M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, ADYR B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.42-54. (Geografia: teoria e realidade).

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.

SAMPAIO, C.A.C. Turismo: sob análise do desenvolvimento sustentável. **Turismo: visão e ação**, Itajaí, ano 4, n.8, set. 2001, p.29-44.

SÁNCHEZ RIVERO, M.; PULIDO FERNÁNDEZ, J.I. **Medida de la sostenibilidad turística: propuesta de un índice sintético basado en ponderaciones factoriales**. Madrid: IX CONVOCATÓRIA PREMIO TRIBUNA FITUR JORGE VILA FRADERA 2007; FITUR, 2008. 203p.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G.; PEDRO BUENO, A; YAGÜE PERALES, R.M. **Auditoria de sostenibilidad en los destinos turísticos**. Valencia: Minim, Instituto de Economía Internacional, 2001. 97p.

SPANGENBERG, J.H.; BONNIOT, O. **Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability**. Wuppertal: Wuppertal Institute, 1998. (Wuppertal Paper, Nº 81).

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. **Implementing STD on a Small Island: development and use of sustainable tourism development**

indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.10, n.5, p.363-387, 2002.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME. **Tourism and local agenda 21: the role of authorities in sustainable tourism**. Paris, France: UNEP; Division of Technology, Industry and Economics Production and Consumption Branch; International Council for Local Environmental Initiatives, 2003. 60p.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**. Paris, France; Madrid, Spain: UNEP/WTO, 2005. 210p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas, SIBi-USP, 2004. (Caderno de Estudos, n. 9). 110p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. **Indicadores de sostenibilidad para destinos maduros: balance y propuestas de aplicación**. Conferência creando estructuras para la investigación e la educación en la política turística y gestión de destinos. Madrid: Organización Mundial de Turismo, 2004. 10p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.11, n.2/3, p.181-202, 2003b.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible**. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development**. Madrid: WTO, 1997. 78p.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de doutorado, viabilizando a dedicação integral e exclusiva à realização da presente pesquisa;

Ao Programa Santander Banespa de Mobilidade Internacional de Pós-Graduandos, que financiou o estágio de doutorado na Espanha (Universidade de Vigo);

Ao Programa Petrobras Ambiental pelo financiamento do Projeto Mogi-Guaçu que propiciou a realização do presente trabalho.